

Mailson pode suspender o 'relending'

BRASÍLIA — O governo brasileiro cogita reabrir as negociações com os bancos credores para modificar o acordo de reescalonamento da dívida assinado em setembro passado, com base na cláusula de salvaguarda prevista no contrato. Essa decisão será adotada, segundo revelou ao JORNAL DO BRASIL o ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, se o governo optar pela suspensão ou redução das metas dos reempréstimos internos (*relendings*) dos créditos em cruzados dos bancos credores junto ao Banco Central, como estuda a equipe econômica.

"O acordo contém uma cláusula de salvaguarda que permite ao país reabrir as negociações sempre que mudarem as condições que prevaleceram na sua assinatura. Aliás, é o único acordo que tem essa cláusula", explica o ministro. Ele afirma que, "se necessário", o governo irá recor-

rer à cláusula de salvaguarda para pleitear a mudança no acordo de setembro.

Revisão — O motivo da rediscussão do acordo de setembro dentro do governo é a reavaliação que está sendo feita pela equipe econômica sobre as operações de *relendings* e de conversão da dívida interna em investimentos na economia, previstas no documento firmado com os credores. Essas foram as principais concessões obtidas pelos bancos na negociação do acordo.

Agora, o governo pretende rever as programações anteriores sobre essas operações, em consequência da elevada expansão monetária que provocam na economia, dificultando o combate à inflação. "Estamos examinando muito mais de perto os mecanismos de *relendings* e de conversão por causa de seus efeitos

desfavoráveis. Tanto um quanto o outro têm vantagens e desvantagens para o país. Tudo indica que as desvantagens começam a superar as vantagens", vaticina Mailson.

"No caso da conversão, explica o ministro, ela tem sido um instrumento importante de investimento estrangeiro no Brasil, tendo atingido no ano passado algo como US\$ 3 bilhões. Mas, é um investimento que se faz sem ingresso das divisas e, portanto, provoca só a expansão monetária, sem permitir a sua contração pela venda das divisas".

Reempréstimo — "O *relending*, prossegue Mailson, tem a vantagem de ser um mecanismo de conversão de longo prazo que não se tem na economia brasileira hoje. O que nós estamos examinando é como evitar o efeito inflacionário desses programas. Isso pode ser com a sua suspensão pura e simples, e aí teria

de ser renegociado com os bancos. Pelo menos o *relending* tem de ser renegociado pelos bancos. Ou, então, precisa-se adotar um mecanismo de neutralização dos efeitos monetários, tanto da conversão quanto do *relending*".

- O que o sr. acha mais viável?, indagou o JORNAL DO BRASIL.

- É difícil dizer agora, respondeu Mailson.

O ministro da Fazenda adverte que dificilmente as transferências de recursos do país ao exterior neste ano irão diminuir, em comparação com o ano passado, se a solução para a crise da dívida externa do Terceiro Mundo se basear na criação de uma agência internacional para compra dos débitos, como ele acredita.

Agência — "A implantação dessa proposta", ressalta Mailson, "não é tão simples assim. Há de

parte dos países industrializados problemas domésticos a solucionar se eles forem partir para isto. Por exemplo, suponha algum agricultor norte-americano que perdeu dinheiro com as condições desfavoráveis do comércio internacional e não teve nenhum esquema do Tesouro para salvá-lo da falência. Como é que ele vai aceitar que agora o seu imposto de renda forme a base de capital de uma agência para resolver os problemas de um país distante?", indaga o ministro.

"A criação dessa agência, com recursos dos países industrializados, vai exigir a aprovação da idéia e a alocação dos recursos pelos parlamentos de todos, e em alguns países esse é um processo demorado. Um aumento de capital do Banco Mundial, por exemplo, pode levar três anos até ser aprovado por todos os parlamentos", conclui ele. (T.B.1)